

Idéias em debate

Reforma agrária à brasileira: a receita para desandar a agropecuária

TULLIO DE AZEVEDO

Os dispositivos previstos para reger a reforma agrária, como constam da última versão de proposta para a nova Constituição, apresentada pelo relator da Comissão de Sistematização, são muito ao gosto dos deputados constituintes que se colocam à esquerda, minoria extremista barulhenta, que dispõe de caixas de ressonância nos meios de comunicação e de indistarcável simpatia dos editores do Diário da Constituinte, que vai ao ar em horário nobre, cedido gratuitamente pelas televisões.

Se tais dispositivos forem, ao final, aprovados pelo plenário, vai ser um caso de ejaculação precoce.

"Honi soít qui mal y pense", pois não se trata do tema que conhecida sexualista gosta de desenvolver na sua desinibida cruzada educacional para que "brasileiros e brasileiras" acertem o compasso.

Ejaculação significa ato de emitir, e precoce, prematuro, temporário.

Miás, as esquerdas latinas sofrem da síndrome desse mal.

Para exemplificar essa colocação, apontamos como casos de emissão prematura os programas e medidas que as mesmas impingiram ao presidente Allende para transformar o Chile num paraíso socialista. O mesmo ocorreu quanto ao governo revolucionário de Portugal, da Revolução dos Cravos e dos Orelas.

Tanto em política quanto em sexologia, a emissão prematura é uma experiência desconcertante e frustrante para as partes envolvidas, especialmente quando se trata da parte que paga sem nenhuma satisfação: o povo.

Foi o que aconteceu no Chile, culminando com a morte de Allende, e em Portugal onde, felizmente, aconteceu o retorno ao regime de livre iniciativa e de trabalho em paz e harmonia. Em Portugal, ocorreu o chamamento dos antigos proprietários rurais, para retomar o gerenciamento das propriedades agrícolas, segundo consta. Mas, antes disso acontecer, passaram-se mais dez anos de dolorosa experiência: andar para trás.

Muitos dos arquitetos desses fracassos sociais e econômicos são brasileiros que estão de volta no Brasil.

"Olha nós aqui de novo", parecem dizer quando se apresentam dispostos a repetir aqui as experiências fracassadas, entre elas, a da reforma agrária.

Agora, "à brasileira".
A produtividade de boa parte das ter-

ras cultiváveis, no Brasil, resulta da recuperação ou da promoção de sua fertilidade pela atual geração de proprietários rurais, que contam com a experiência herdada de gerações e gerações anteriores, as quais trabalharam arduamente e com muita dedicação.

Muito tempo e dinheiro foram investidos para implantar a presente estrutura da agropecuária nacional — não do todo mas da formada pelas empresas rurais — das mais modernas e eficientes.

Nessa estrutura, a terra representa 20% do conjunto de condições necessárias para a atividade ser economicamente viável e atender sua função social, criando empregos, alimentando a população, gerando excedentes para exportar, além de outros benefícios para a Nação e para o Estado.

Esse tipo de atividade agropastoril exige grandes investimentos em tecnologia, máquinas, equipamentos, armazéns, correção e conservação do solo, seleção e preservação de sementes, matrizes e reprodutores, irrigação, transporte e tudo mais que é necessário para uma produção racional e eficaz.

Mas não pára aí a necessidade de recursos. Disponibilidade financeira, própria ou por empréstimo de terceiros, é necessária para enfrentar despesas com mão-de-obra, sementes, adubos, inseticidas, herbicidas, drogas para imunização e cura dos rebanhos, combustíveis, enfim, inúmeros insumos para poder produzir.

Tais despesas são feitas adiantadamente e o retorno do dinheiro leva de meses a anos.

Tudo isso — que custa uma nota preta mais juros e correção monetária — é colocado para trabalhar, e ser trabalhado, exposto ao tempo: são as atividades de cada safra.

Durante esse período, o produtor rural precisa ser bom de reza para que tudo aconteça — ou não aconteça — na hora e quantidade certas: chuva, sol, vento, pragas, pássaros, insetos, granizo, ou seja, as coisas e criaturas de Deus, que podem ser bênção do céu ou mal maior que sacerdote progressista no campo.

Por outro lado, como nas visões de José — o do Egito —, nem sempre é tempo de vacas gordas. Para sete destas, sete magras. O resultado é quase sempre empate, mas é comum a vaca ir pro brejo...

Só mesmo a pertinácia do homem do campo para manter viva a agropecuária.

No período das "vacas gordas", o lu-

cro só é realizado se aparecer no mercado quem pague o justo preço pela produção. E ainda mais, o preço de venda é praticamente regulado pelo governo, mediante fixação de "preços mínimos", os quais são definidos por técnicos e assessores, gente que nunca sentiu cheiro de terra molhada pela chuva, semearam ou pisaram em bosta...

Para a próxima safra, esses preços mínimos, na realidade, são "miniaturas", pois nem sequer cobrem as despesas de custeio.

Vamos admitir que, de vez em quando, tudo é de certo e haja lucro.

Este é destinado a pagar as dívidas e, parte do que sobra, é capitalizado para ser investido em novos, maiores e melhores meios de produção.

Para obter a "emissão ao ponto", é preciso ter muita paciência, muita técnica, muito dinheiro, muita confiança e, sobretudo, muito, muito amor ao trabalho e à atividade de produtor rural.

Mas, como vai tudo isso acontecer na reforma agrária "à brasileira", elucubrada pela turma que voltou do Chile, de Portugal e de outras paragens de refúgio e de ócio.

À frente dessa tarefa estão os que representam o grupo na Constituinte, ou ocupam cargos executivos ou de assessoria nos órgãos públicos ligados à implantação da reforma agrária.

O objetivo principal e final deles é a estatização total da economia nacional, a partir do que já foi estatizado e da reforma agrária "à brasileira".

Como?

Muito simples: inserindo na nova Constituição dispositivo que possibilite ao Estado a imissão imediata de posse do imóvel rural, no ato da desapropriação e por preço arbitrado unilateralmente pelo INCRA.

Ao proprietário restará unicamente recorrer ao Judiciário para que se manifeste, dentro de noventa dias, quanto à forma de pagamento: em dinheiro ou em títulos da dívida agrária, resgatáveis em vinte anos.

Se o Judiciário não se manifestar dentro desse prazo, o pagamento será definitivamente procedido em títulos da dívida agrária.

Esse dispositivo lembra o lixo autoritário e faria Hitler corar...

Quanto ao valor, o Estado, sem dúvida — confirmando o que fez em grande parte das desapropriações já efetuadas — arbitrará escandalosamente por baixo.

Assim sendo, a União, que já é proprietária de imensas áreas rurais improdutivas,

vai imitir-se na posse duma infinidade de propriedades rurais produtivas, a preço de banana.

Ora, o Estado, que não viabiliza a produção nas imensas áreas rurais de sua propriedade, vai imitir-se na posse de novas áreas em pleno regime produtivo, não dispondo dos recursos necessários para indenizar os proprietários à vista, ou mesmo a prazo, mas cobrindo a desvalorização da moeda e os juros, exatamente como exige de quem lhe deve. Entretanto, quer pagar em títulos resgatáveis em vinte anos.

Mas a terra representa somente cerca de 20% do total de recursos financeiros, de investimento de custeio, que precisam ser mobilizados para possibilitar a produção nos níveis atuais.

Terão que estar disponíveis os outros 80%, a vista, para serem colocados em mãos de pessoas despreparadas para gerar produção agropastoril nas terras expropriadas.

Ou seja, nas terras onde eram gerados, com eficiência e racionalidade, grãos e gado, o Incra vai assentar os "sem terra", mas também sem experiência, sem dinheiro, sem técnica de produção e sem título de propriedade. Na sua maioria, melhor dizendo, "sem nada".

Como provê-los de conhecimentos para direcionamento da produção e uso de técnicas, dos meios e dos insumos adequados para produzir como antes? A resposta é uma só: o Estado terá de prover essas condições. Como?

Primeiro, expandindo as suas atuais estruturas estatais de assistência e de apoio às atividades rurais, que vão crescer e inchar adoidadas...

Seguindo os já tradicionais vícios da administração pública, lá vem contratações de serviços, criação de cargos de baixos e altos níveis, admissões de novos funcionários, chefias mil com direito a mil mordomias, marajás, enfim, todo um festival de contratos, empreguismo, viagens ao Exterior para aprender o que não é aplicável aqui, tudo para político nenhum botar defeito!

Vai ser uma "gastança" em nome das necessidades de assistir os "sem nada". E não afobar que vai sobrar para toda a clientela dos "reformistas".

Para o povo vai sobrar a "pagança" da festa.

Mas tudo isso não vai criar dinheiro para financiar os assentados. Muito pelo contrário.

Aí está consubstanciada a emissão pre-

matura do programa, pois os estabelecimentos de crédito oficiais, mais os privados, que nunca dispuseram de recursos suficientes para financiar as necessidades dos "com tudo", que colocavam seus bens como garantia dos empréstimos, onde vão encontrar dinheiro para financiar os "sem nada"?

Ainda mais, qual a garantia oferecida pelos "sem"? Nenhuma.

É a hora e a vez das Esquerdas forçarem a solução que já está no bolsinho do colete: os estabelecimentos de crédito oficiais e privados financiarão, com dinheiro emitido para essa finalidade, e como garantia, a safra futura.

Os bancos privados não podem correr tal risco e oferecerem resistências a esse tipo de aventura? Encampem-se os bancos privados.

É isso aí: ENCAMPAÇÃO DOS BANCOS PRIVADOS, com imissão de posse imediata, tudo conforme legislação complementar da Constituição. Essa é a única maneira de financiar a reforma agrária "à brasileira", na visão marxista.

Assim abrirão as portas para ser atingida a estatização total da indústria, do comércio, dos serviços e de toda propriedade privada, com imissão de posse imediata em nome do interesse público, pela justiça social!

Tal possibilidade precisa ser abortada, agora, no seu nascedouro, que é a Comissão de Sistematização e no plenário da Constituinte, com a rejeição das malditas iniquidades representadas pela imissão de posse imediata e pelo cerceamento do direito do expropriado recorrer ao Poder Judiciário, para pleitear a reintegração de posse, o justo valor da indenização e a forma e condições de pagamento.

É preciso que a Lei não abra caminho para o caos, violentando princípios democráticos e os direitos do homem reconhecidos universalmente pelas democracias.

Espera-se que a grande maioria dos Deputados-Constituintes, de extração democrática, liberal e de centro, não se deixe levar pelo engodo que representam os conceitos das Esquerdas, defendidos pelo Relator da Sistematização, pelos grupos do Consenso, dos "32" e outros afins.

Espera-se que essa maioria use a palavra e o voto, que não se intimide com o berro e a ameaça do tapa que descem das galerias, onde os "sem ocupação" de plantão atum, e impeçam que tais iniquidades sejam aprovadas.

Façam isso agora para não ter remorso depois.

Se assim não for, ocorrerá a desestabilização da agropecuária e, como consequência, haverá falta de alimentos para a população brasileira, atingindo, principalmente e duramente, os segmentos mais carentes.

Não deve ser ignorado que, em pouco tempo, centenas de milhares de atuais empregados rurais estarão desempregados, e sem condições profissionais para serem absorvidos em outros setores da economia.

A reforma agrária precisa ser feita com respeito ao direito à propriedade e ao princípio de que a Lei não poderá excluir, a apreciação do Poder Judiciário, quanto a qualquer lesão ou ameaça a direitos individuais, tudo isso constante da proposta do relator para a nova Constituição.

A reforma agrária deverá ser processada sem apodamento, sem pressa com finalidade eleitoreira e de forma a evitar as arbitrariedades e a prepotência do Estado pelo abuso do poder.

Só assim deverá ser implantada a reforma agrária, de modo a permitir que a almejada justiça social se faça sem ódio e sem sofrimento, harmoniosamente, como quer a maioria do povo.

Pesquisa recente, coordenada pela agência de publicidade LPM, entre outras conclusões, chegou às seguintes:

- 63% dos entrevistados — uma representação do universo nacional — tomarão conhecimento do plano de reforma agrária;
- 48% manifestaram opinião de que a reforma agrária deveria ser processada nas terras do Estado e 14% nas terras da Igreja;
- somente 7% concordaram que deveria atingir propriedades produtivas.

Da outra maneira, como querem as esquerdas, a maioria dos brasileiros vão ficar insatisfeitos e mal pagos, porque as piores consequências são para o povo: caos econômico, desespero e fome.

Finalmente, corre à boca pequena — se não é verdade não nos responsabilizamos — que o líder Mário Covas encomendou pesquisa para saber qual seria a situação do abastecimento de alimentos para a população brasileira depois de implantada a reforma agrária, "à brasileira", como querem as esquerdas.

Processada a pesquisa, trouxeram-lhe o resultado:

Covas leu e estourou: "Como?! Só haverá detritos da população para alimentá-la!"

Responde o assessor: "Senador, essa é a hipótese mais otimista. A pessimista é de que não vai dar pra todos..."

O autor é profissional de Relações Públicas